

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Exmo. Senhor Presidente

Registo E_COM6XV/2023/169
Data 02/10/2023

da Comissão Parlamentar de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação,

Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 2 de outubro de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Economia e do Mar, sobre a degradação da situação dos trabalhadores dos bares dos comboios da CP e o estudo para internalização do serviço de bares.

Os trabalhadores dos bares dos comboios da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) voltaram à greve no passado dia 22 de setembro, uma vez que a nova concessionária do serviço dos bares dos comboios de longo curso – NewRail, Lda. - não está a cumprir a promessa de regularizar as remunerações e aplicar o Acordo de Empresa.

Em abril de 2023, a CP resolveu o contrato com a Apeadeiro 2020, Produtos e Serviços, Lda., à data concessionária do serviço, por incumprimento do contrato de concessão, já que a empresa deixou de abastecer os bares dos comboios da CP. A esta data, os trabalhadores dos bares dos comboios da CP não recebiam os seus salários há mais de 3 meses.

Ainda no mês de abril, a CP celebrou um novo contrato com outra empresa – NewRail, Lda. - para prestação de serviços de cafetaria e bar nos comboios de longo curso até final deste ano. Um contrato que, de acordo com as declarações do Ministro das Infraestruturas, assegura o serviço e garante os direitos dos trabalhadores. Acrescentou ainda que o Governo aguardava um estudo da CP para internalização da prestação destes serviços a partir de 2024.

No entanto, a nova concessionária não só não está a cumprir o Acordo de Empresa, porque, por exemplo, não garante aos trabalhadores, o direito a uma refeição em espécie em viagem, quando estes não têm outra alternativa, como também não assegurou as contribuições para Segurança Social referentes aos créditos laborais que foram incluídos

no contrato de concessão celebrados com a CP, conforme se pode ler no comunicado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

A situação destes trabalhadores continua a degradar-se. Desde julho de 2021 que os seus postos de trabalho são postos em causa, como consequência direta da sucessiva celebração de contratos de outsourcing que correspondem a uma decisão de gestão da CP. Decisão essa que, desde agosto de 2021, totalizou a quantia de € 6.712.160,00, considerando que o anterior contrato de concessão celebrado com a Apeadeiro 2020, Produtos e serviços, Lda., tinha a duração de dois anos e o valor de € 3.447.360,00 e o novo contrato de concessão celebrado com a New Rail, Lda. tem a duração de 8 meses e o valor de € 3.264.800,00.

Este novo contrato de concessão termina no prazo de 3 meses, ou seja, em dezembro de 2023 e ainda não são conhecidos os resultados do estudo sobre a internalização do serviço e a integração destes trabalhadores que o Governo se comprometeu a apresentar. Estes trabalhadores têm a legítima expectativa de ter os seus postos de trabalho garantidos pela internalização do serviço, porque correspondem a necessidades permanentes da empresa, já que são essenciais ao serviço que é prestado pela mesma.

Tendo em conta a relevância do tema e a urgência de encontrar soluções que assegurem os direitos e os postos de trabalho dos trabalhadores dos bares dos comboios da CP, importa ouvir os esclarecimentos das entidades envolvidas sobre esta matéria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Economia e do Mar.

A Deputada e o Deputado do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires e José Soeiro